



Relatório de Gestão

2021





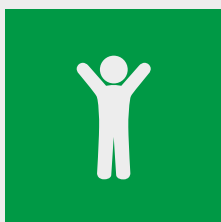
Ser Cooperativa

Do campo à cidade, da pessoa física à jurídica, do servidor público ao empreendedor. Do médico ao produtor rural. O cooperativismo é a união de pessoas que compartilham o mesmo propósito, que querem fazer a diferença em busca de uma sociedade mais justa e equilibrada. Nós somos cooperativa.



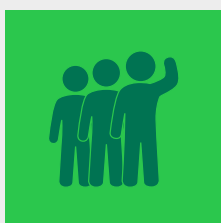
7 PRINCÍPIOS DO

Cooperativismo



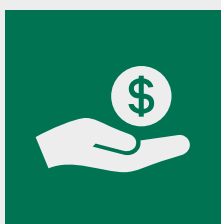
1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



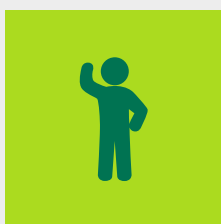
2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



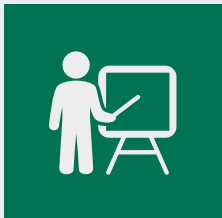
3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



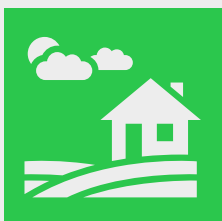
5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Intercooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e a sua empresa



Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos de Cobranças



Maquininha de Cartão



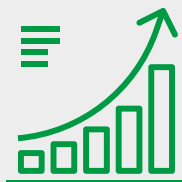
Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência Privada



Conta Kids



App CrediSIS



Internet Banking



Caixas Eletrônicos



Pix



Área de atuação CrediSIS





Empatia
Confiança
Relacionamento
Sustentabilidade
Empreendedorismo

#issoésercooperativa

Sumário



Ser cooperativa.....	03
7 Princípios do cooperativismo.....	04
Para você e sua empresa	06
Área de atuação CrediSIS	07
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do presidente	11
Ações sociais.....	12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações.....	13

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais	16
Demonstrações do resultado	18
Demonstrações do resultado abrangente.....	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22
1 Contexto operacional	22
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis ..	23
3 Caixa e equivalentes de caixa	27
4 Relações interfinanceiras	27
5 Operações de crédito	28
6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	29
7 Outros créditos	30
8 Investimentos	30
9 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações.....	31
10 Depósitos	31
11 Relações Interfinanceiras	32
12 Outras obrigações	32
13 Provisões	33
14 Patrimônio líquido.....	34
15 Ingressos de prestação de serviços.....	36
16 Outros ingressos operacionais	36
17 Dispêndios administrativos.....	37
18 Dispêndios de pessoal e honorários.....	37
19 Outros dispêndios operacionais.....	38
20 Seguros contratados.....	38
21 Resultado não recorrente	38
22 Partes relacionadas	38
23 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.....	39
24 Índice de Basileia	40
25 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	40



Parecer Conselho Fiscal

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da CREDISIS JICRED - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão JiCred, em reunião realizada no dia 14 de março de 2022, em observância ao dispositivo no artigo 56, da lei 5.764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela CREDISIS JICRED - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão JiCred.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da CREDISIS JICRED e tendo em conta os relatórios e pareceres da auditoria externa e interna realizadas, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômica - financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral de Cooperados.

Ji-Paraná, 14 de março de 2022.

Membros do Conselho Fiscal

Sérgio Garcia

Coordenador

Fábio Gonçalves de Lira

Conselheiro Efetivo

Mercino José da Silva

Efetivo Secretário

Marcio Reges Zentarski

Conselheiro Suplente



Palavra do **Presidente**

É inegável que os últimos tempos trouxeram muitos desafios econômicos e sociais gerados pela pandemia. Porém, o cooperativismo mais uma vez mostrou sua força e se destacou apresentando soluções adequadas para o desenvolvimento e dessa forma, conseguimos superar e apresentar resultados positivos.

Permanecemos ao lado dos nossos cooperados, entendendo seus modelos de negócios, suas necessidades, levando recursos financeiros e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Até porque, municípios brasileiros com a presença efetiva de cooperativas têm Índice de Desenvolvimento Humano maior que as cidades que não possuem, segundo levantamento da Organização das Cooperativas Brasileiras.

E é assim, crescendo com a nossa comunidade que pretendemos seguir. Afinal, somos pioneiros, e ano após ano estamos nos modernizando e expandindo para outras regiões. Em 2021 nossa carteira de crédito evoluiu 42,7%, um total de R\$ 413.778.646 e realizando 119,7% da meta. As sobras tiveram evolução de 51,9%, resultando em R\$ 23.923.416, equivalente a 148,4% da meta e nossos ativos totais cresceram 17,8% chegando à marca de R\$ 560.030.912.

Para 2022 a CrediSIS JiCred tem excelentes expectativas. Pretendemos fechar o ano com, no mínimo, mais cinco novas agências. O Banco Central acredita em um aumento expressivo da participação das cooperativas no sistema financeiro até o final de 2022. E o nosso objetivo é este, fomentar o cooperativismo e alavancar a economia com um

atendimento humanizado, promovendo condições competitivas para nossos cooperados. Cumprindo assim o nosso papel cooperativista, a inclusão social.

Por fim, agradecemos aos cooperados que acreditam no nosso trabalho, aos colaboradores pela dedicação e compreensão do nosso propósito de trabalhar por um bem comum. Visto que, como disse Marcelo Martins, "O valor humano é o que faz o cooperativismo soar ainda tão inovador, mesmo 200 anos depois de ser concebido".

Os números mostraram o desempenho de um ano notável e continuaremos no mesmo caminho para mais um ano promissor. Sempre juntos, afinal, nós somos cooperativa!



Sergio Luiz Milani
Presidente
CrediSIS JiCred/RO



Ações



3ª Corrida do Coração



3ª Corrida do Coração



Corrida Outubro Rosa



Entrega de Computadores Vale do Paraíso



Bosque do Amor



Bosque do Amor



Relatório dos **auditores independentes sobre as demonstrações**

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Machado
CREDISIS JICRED Ji-Paraná RO

◆► **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Credisis Jicred - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credisis Jicred - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

◆► **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

◆► **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

► **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de março de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S RO



Hélio Mazzi Júnior

CRC 1SP189107/O-3 S "RO"

Julio Cesar Dias

CRC 1SP322496/O-1 S "RO"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Em reais

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante		438.068.968	388.825.475
Disponibilidades	3	1.222.666	1.100.907
Instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	4	133.017.750	167.271.011
Relações interdependências	3	2.784.378	5.528.778
Operações de crédito	5	306.241.842	217.173.672
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(8.943.588)	(5.561.552)
Outros créditos	7	3.208.459	2.873.470
Outros valores e bens		537.461	439.189
Não Circulante		121.961.944	86.592.382
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Operações de crédito	5	107.536.804	72.695.154
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(3.026.822)	(2.778.464)
Outros créditos	7	236.673	159.751
Investimentos	8	12.383.320	11.825.152
Imobilizado de uso	9	9.229.257	8.101.682
Intangível	9	262.816	215.252
(-) Depreciações e amortizações	9	(4.660.104)	(3.626.145)
Total do Ativo		560.030.912	475.417.857

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2021	2020
Passivo Circulante		413.944.546	369.614.712
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	10	383.363.800	352.465.156
Relações interfinanceiras	11	17.942.666	9.271.929
Relações interdependências		-	5.868
Outras obrigações	12	12.638.080	7.871.759
Não circulante		17.139.113	1.128.227
Exigível a longo prazo			
Demais instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	11	17.057.647	1.048.068
Provisões	13	81.466	80.159
Patrimônio Líquido	14	128.947.253	104.674.918
Capital social		68.828.055	57.487.568
Reserva de sobras		42.574.005	35.262.781
Sobras acumuladas		17.545.193	11.924.569
Total do passivo e patrimônio líquido		560.030.912	475.417.857

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Em reais

	Nota	2021	2020
		2º Semestre	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		42.295.277	49.100.487
Operações de crédito	5a	38.678.019	45.934.271
Ingressos de depósitos intercooperativos	4(i)	3.617.258	3.166.216
Dispêndios da intermediação financeira		(13.615.603)	(8.938.912)
Operações de captação no mercado	10(i)	(6.627.122)	(4.661.074)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	11	(309.867)	(318.710)
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(6.479.371)	(3.936.605)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6b	(199.243)	(22.523)
Resultado bruto da intermediação financeira		28.679.674	40.161.575
Outros ingressos operacionais		9.785.302	11.211.903
Ingressos de prestação de serviços	15	4.665.891	6.785.458
Outros ingressos operacionais	16	5.119.411	4.426.445
Outros (dispêndios) operacionais		(28.560.533)	(37.296.840)
Dispêndios administrativos	17	(13.030.618)	(17.612.155)
Dispêndios de pessoal e honorários	18	(10.882.224)	(15.941.591)
Dispêndios de depreciação e amortização		(577.364)	(900.336)
Outros dispêndios operacionais	19	(4.070.327)	(2.842.758)
Resultado operacional		9.904.443	14.076.638
Resultado não operacional		(711.313)	381.188
Resultado antes da tributação		9.193.130	14.457.826
Imposto de renda e contribuição social		(69.465)	(139.631)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		9.123.665	14.318.195
Juros sobre o capital	14b	2.029.272	1.436.367
Sobra líquida do semestre/exercícios		11.152.937	15.754.562

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Em reais

		2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	11.152.937	23.923.418	15.754.562
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	11.152.937	23.923.418	15.754.562

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Capital social		Reserva de sobras					Sobras acumuladas	Total
	Capital integralizado	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Fundo de contingências	Reserva p/ expansão	Reserva de equalização			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	51.250.839	(1.227.744)	24.359.699	2.354.610	1.201.629	-	12.957.108	90.896.141	
Aumento de reserva com sobras	-	-	4.573.097	419.201	419.201	754.561	(6.166.060)	-	
Distribuição de sobras	1.982.886	-	-	-	-	-	(6.791.048)	(4.808.162)	
Integralização/subscrição de capital	8.478.529	288.355	-	-	-	-	-	8.766.884	
Devoluções de capital	(3.285.297)	-	-	-	-	-	-	(3.285.297)	
Aumento de reserva contas inativas	-	-	117.518	-	-	-	-	117.518	
Utilização de reserva	-	-	-	-	(339.625)	-	-	(339.625)	
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	15.754.562	15.754.562	
Distribuição de juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(1.436.367)	(1.436.367)	
Destinação da reserva legal	-	-	1.402.890	-	-	-	(1.402.890)	-	
FATES - cooperados	-	-	-	-	-	-	(701.445)	(701.445)	
FATES - não cooperados	-	-	-	-	-	-	(289.291)	(289.291)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.426.957	(939.389)	30.453.204	2.773.811	1.281.205	754.561	11.924.569	104.674.918	
Aumento de reserva com sobras	-	-	4.208.671	385.795	385.795	385.795	(5.366.056)	-	
Distribuição de sobras	2.131.616	-	-	-	-	-	(6.558.513)	(4.426.897)	
Integralização/subscrição de capital	11.941.954	861.108	-	-	-	-	-	12.803.062	
Devoluções de capital	(3.594.191)	-	-	-	-	-	-	(3.594.191)	
Utilização de reserva	-	-	-	-	(118.973)	-	-	(118.973)	
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	23.923.418	23.923.418	
Distribuição de juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(2.788.904)	(2.788.904)	
Destinação da reserva legal	-	-	2.064.141	-	-	-	(2.064.141)	-	
FATES - cooperados	-	-	-	-	-	-	(1.032.069)	(1.032.069)	
FATES - não cooperados	-	-	-	-	-	-	(493.111)	(493.111)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.906.336	(78.281)	36.726.016	3.159.606	1.548.027	1.140.356	17.545.193	128.947.253	
Saldos em 1º de julho de 2021	62.098.347	(88.995)	34.661.875	3.159.606	1.549.740	1.140.356	12.010.849	114.531.778	
Integralização/subscrição de capital	7.736.567	10.714	-	-	-	-	-	7.747.281	
Devoluções de capital	(928.578)	-	-	-	-	-	-	(928.578)	
Utilização de reserva	-	-	-	-	(1.713)	-	-	(1.713)	
Sobra líquida do semestre	-	-	-	-	-	-	11.152.937	11.152.937	
Distribuição de juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(2.029.272)	(2.029.272)	
Destinação da reserva legal	-	-	2.064.141	-	-	-	(2.064.141)	-	
FATES - cooperados	-	-	-	-	-	-	(1.032.069)	(1.032.069)	
FATES - não cooperados	-	-	-	-	-	-	(493.111)	(493.111)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.906.336	(78.281)	36.726.016	3.159.606	1.548.027	1.140.356	17.545.193	128.947.253	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Em reais

	2021	2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(54.842.337)	(37.864.643)	89.283.188
Sobra ajustada do semestre/exercícios	18.487.941	32.569.713	20.777.120
Sobra líquida do semestre/exercícios	11.152.937	23.923.418	15.754.562
Provisão para perdas em operações de crédito	6.479.371	7.131.851	3.936.605
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	199.243	294.931	22.523
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	141.727
Depreciações e amortizações	577.364	1.127.599	900.336
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	79.026	91.914	21.367
Redução (aumento) nos ativos	(65.838.010)	(129.249.896)	(71.529.036)
Relações interfinanceiras	4.730.177	(1.033.505)	188.004
Operações de crédito	(71.076.421)	(127.539.748)	(71.042.132)
Outros créditos e outros valores e bens	508.234	(676.643)	(674.908)
Aumento (redução) nos passivos	(7.492.268)	58.815.540	140.035.104
Depósitos	(23.424.262)	30.898.644	139.901.350
Relações interfinanceiras	14.429.556	24.680.316	(19.016)
Relações interdependências	-	(5.868)	5.327
Provisões e outras obrigações	1.502.438	3.242.448	147.443
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.265.572)	(1.918.861)	(2.907.072)
Aumento de investimentos	(279.084)	(558.168)	(860.988)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(986.488)	(1.360.693)	(2.046.084)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	4.787.718	1.874.097	(985.049)
Distribuição de sobras	-	(4.426.897)	(4.808.162)
Integralização/subscrição de capital	7.747.281	12.803.062	8.766.884
Devoluções de capital	(928.578)	(3.594.191)	(3.285.297)
Aumento de reserva contas inativas	-	-	117.518
Utilização de reserva	(1.713)	(118.973)	(339.625)
Distribuição de juros sobre o capital	(2.029.272)	(2.788.904)	(1.436.367)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(51.320.191)	(37.909.407)	85.391.067
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	187.135.541	173.724.757	88.333.690
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	135.815.350	135.815.350	173.724.757

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em reais)



1 Contexto Operacional

A Credisis Jicred - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred ("Cooperativa"), fundada em 18 de fevereiro de 1997, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1997, através do registro sob nº 02.309.070/0001-51.

A Cooperativa está sediada na Rua Seis de Maio, nº 1497, Centro, em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos municípios de Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Castanheiras, Cerejeiras, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Machadinho D'Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anarí, Vale do Paraíso, Vilhena, todos no Estado de Rondônia e em todo o Estado do Mato Grosso.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015. É filiada à Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Em 25 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Machado – Credisis Jicred, para Credisis Jicred - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred.

No país, o surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia, impactaram significativamente os negócios. O Sistema Credisis, preocupado também com a saúde financeira de seus cooperados e visando amenizar o momento delicado da pandemia e no intuito de minimizar os impactos da crise e para ajudar os cooperados, passou a ofertar linhas de crédito específicas com taxas reduzidas como "Ajuda Covid, Empréstimos Covid, Parcelamento Fatura Cartão de Crédito/Pandemia, Crediampe", ofertar aos cooperados a possibilidade de renegociar seus

contratos vencidos e opção de prorrogação de parcelas em até 90 (noventa) dias com a linha de crédito Renegociação-COVID. Com essas novas linhas de crédito, haverá oportunidade de a Cooperativa ampliar seu quadro social, possibilitando a captação de novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias.

No Sistema Credisis, o percentual de atingimento segmentado por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas destinadas a ajuda covid foi de 89% para PF e 11% para PJ e o volume em das carteiras de crédito foi de mais de R\$ 240 milhões, no exercício de 2021.

O Impacto mais relevante que o Sistema sofreu foi o aumento exponencial dos recursos centralizados, que apresenta aspectos positivos, pela alta disponibilidade de recursos e aspectos negativos, por terem maior predominância no depósito à vista, que é um recurso volátil.



2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a) Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de março de 2022, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

b) Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.5) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6) Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.7) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.8) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.9) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.10) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.12) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica.

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.14) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas

b.15) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo,

a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.16) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.



3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	1.222.666	1.100.907
Relações interfinanceiras (nota 4)	131.808.306	167.095.072
Relações interdependências	2.784.378	5.528.778
	135.815.350	173.724.757

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.



4 Relações interfinanceiras

Descrição	2021	2020
Direitos junto ao sistema de liquidação	1.209.444	175.939
Centralização financeira (nota 3) (i)	131.808.306	167.095.072
	133.017.750	167.271.011

(i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credisis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez, e as aplicações excedentes são remuneradas com 98% do CDI. Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 5.229.944 (R\$ 3.166.216 em 2020).



5 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Operações de crédito						
Adiantamento a depositantes	632.281	-	632.281	343.591	-	343.591
Cheque especial e conta garantida	29.911.745	-	29.911.745	11.716.229	-	11.716.229
Empréstimos e financiamentos	203.720.753	89.782.652	293.503.405	164.459.529	72.094.887	236.554.416
Títulos descontados	52.977.300	-	52.977.300	29.436.355	-	29.436.355
Financiamentos rurais	18.999.763	17.754.152	36.753.915	11.217.968	600.267	11.818.235
	306.241.842	107.536.804	413.778.646	217.173.672	72.695.154	289.868.826

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 67.447.454 (R\$ 45.934.271 em 2020).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021			2020		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	134.673.245	134.673.245	-	103.814.143	103.814.143
B	1,0	698.713	139.574.516	140.273.229	111.852	157.366.321	157.478.173
C	3,0	304.852	110.984.544	111.289.396	100.428	18.879.058	18.979.486
D	10,0	242.568	21.062.647	21.305.215	221.080	2.398.302	2.619.382
E	30,0	550.485	1.241.185	1.791.670	107.150	1.160.369	1.267.519
F	50,0	54.801	952.467	1.007.268	76.138	1.071.842	1.147.980
G	70,0	185.245	867.204	1.052.449	80.852	699.672	780.524
H	100,0	585.989	1.800.185	2.386.174	923.471	2.858.148	3.781.619
		2.622.653	411.155.993	413.778.646	1.620.971	288.247.855	289.868.826

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2021	2020
2022	-	43.139.234
2023	78.601.288	20.801.588
2024	22.488.766	6.521.921
2025	5.880.705	2.232.411
2026	560.164	-
2027	5.881	-
	107.536.804	72.695.154

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 15.544.512 (R\$ 16.405.084 em 2020). Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 4.655.824, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 1.708.593 em 2020), registrados em outros ingressos operacionais (nota 16).



6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Composição por tipo de operação

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(8.690.207)	(3.019.129)	(11.709.336)	(5.428.949)	(2.778.464)	(8.207.413)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(253.381)	(7.693)	(261.074)	(132.603)	-	(132.603)
	(8.943.588)	(3.026.822)	(11.970.410)	(5.561.552)	(2.778.464)	(8.340.016)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo inicial	(8.340.016)	(8.047.696)
Créditos baixados para prejuízo	3.796.216	3.406.324
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(7.131.851)	(3.936.605)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(294.931)	(22.523)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 16)	-	137.411
Reversão de provisão para perdas em outros créditos (nota 16)	172	123.073
Saldo final	(11.970.410)	(8.340.016)



7 Outros Créditos

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Créditos por avais e fianças	480.235	-	480.235	88.587	-	88.587
Devedores por compra de valores e bens (i)	246.643	236.673	483.316	152.876	159.751	312.627
Diversos:						
Adiantamentos e antecipações salariais	44.150	-	44.150	85.218	-	85.218
Adiantamentos de viagens	2.321	-	2.321	71.564	-	71.564
Adiantamento por conta de imobilizações	22.231	-	22.231	43.874	-	43.874
Impostos e contribuições a compensar	12.627	-	12.627	-	-	-
Pagamentos a Ressarcir	1.176.476	-	1.176.476	1.233.298	-	1.233.298
Devedores diversos	1.223.776	-	1.223.776	1.198.053	-	1.198.053
	3.208.459	236.673	3.445.132	2.873.470	159.751	3.033.221



8 Investimentos

	2021	2020
Descrição		
CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	12.383.320	11.825.152



9 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	2021	2020
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	218.196	-	218.196	80.571
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	7.072.388	(3.759.677)	3.312.711	3.076.059
Veículos	20%	405.276	(295.401)	109.875	188.448
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	1.533.397	(468.501)	1.064.896	1.238.582
		9.229.257	(4.523.579)	4.705.678	4.583.660
Intangível					
Software		262.816	(136.525)	126.291	107.129
		9.492.073	(4.660.104)	4.831.969	4.690.789



10 Depósitos

Descrição	2021	2020
	Depósitos à vista	159.194.191
Depósitos a prazo (i)	224.169.609	182.125.153
	383.363.800	352.465.156

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2021, foram registrados R\$ 9.231.317 (R\$ 4.661.074 em 2020) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir

para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.



11 Relações Interfinanceiras

Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Repasses interfinanceiros	17.942.666	17.057.647	35.000.313	9.271.929	1.048.068	10.319.997

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Credisis – Central de Cooperativas

de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 0,18% a.m. e vencimento final em setembro/2023. No exercício de 2021, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 493.322 (R\$ 318.710 em 2020).



12 Outras obrigações

	2021	2020
Descrição		
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	444.625	47.733
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	3.204.624	1.895.756
Gratificações e participações a pagar	78.841	60.900
Sobras a distribuir	31.238	19.473
Quotas de capital a pagar	490.619	28.567
	3.805.322	2.004.696
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	798.012	646.592
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	30.560
Provisão para pagamentos a efetuar	6.721.886	4.505.808
Credores diversos no País	868.235	636.370
	7.590.121	5.172.738
	12.638.080	7.871.759

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.



13 Provisões

	2021	2020
Descrição		
Provisão para contingências	81.466	80.159

A Cooperativa interpôs um recurso voluntário aos membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, apresentando contrarrazões a um processo administrativo, relativo à compensação de IOF do período de fevereiro de 2010. O valor do crédito em discussão, atualizado em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 66.166. A administração da Cooperativa optou em constituir provisão para contingência do saldo total do crédito.

A Cooperativa possui também um processo trabalhista, movido por ex-funcionários da Cooperativa e julgado procedente. A Cooperativa em 2019, cumpriu com o pagamento de parte dos valores do processo, restando o valor residual de R\$ 15.300 a pagar para ex-funcionária. A administração optou em constituir provisão para contingência do valor residual total.

A provisão está assim constituída:

Descrição	Valor
Saldos em 1º de dezembro de 2020	79.342
Constituição	817
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80.159
Atualização	1.307
Saldos em 31 de dezembro de 2021	81.466

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2021.



14 Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 15.872 e 13.722 cooperados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.803.062 (R\$ 8.766.884 em 2020), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 2.131.616 (1.982.886 em 2020), por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2021, no montante de R\$ 3.594.191 (R\$ 3.285.297 em 2020).

O capital social é de R\$ 68.828.055 e de R\$ 57.487.568 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2021 e de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes

	2021	2020
Descrição		
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	23.923.418	15.754.562
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(2.788.904)	(1.436.367)
Reserva legal (ii)	(2.064.141)	(1.402.890)
FATES (iii)	(1.032.069)	(701.445)
FATES - não cooperados	(493.111)	(289.291)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	17.545.193	11.924.569

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2021, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais" (nota 19), e ajustados.

(ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 12 (i)).

c) Reserva para contingências

Tem como finalidade garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades. Tem como objeto cobrir despesas decorrentes de ações administrativas contra a Cooperativa e seus administradores no desempenho de suas atribuições estatutárias e de condenações judiciais que imponham ônus à Cooperativa; equacionar déficit na apuração de venda de patrimônio (imobilizado); cobrir danos causados por intempéries ambientais, fazendo com que a Cooperativa volte a funcionar plenamente; e proteger o patrimônio contra eventuais adversidades relacionadas com o crime de subtração de patrimônio. O Fundo de Reserva de contingência será formado com recursos oriundos das sobras apuradas no exercício e, por sugestão do Conselho de Administração, será submetido à assembleia o percentual a ser aplicado sobre a sobra líquida do exercício para formação do Fundo.

Decorrido o prazo de cinco anos, será reavaliada a necessidade de continuidade do fundo e sua liquidação será por deliberação da Assembleia Geral que o constituiu.

d) Reserva para expansão

Tem como finalidade atender a projetos de investimento e expansão da Cooperativa, formado com recursos provenientes do resultado de cada exercício da Cooperativa, em percentual a ser definido na Assembleia, já deduzidos os valores destinados às reservas obrigatórias (Reserva legal e FATES).

e) Reserva de equalização

Tem como objetivo garantir a remuneração do capital e a reconstituição de sobras, em percentual a ser definido na Assembleia, já deduzidos os valores destinados às reservas obrigatórias (Reserva legal e FATES).

e) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de março de 2021, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para aumento da reserva legal (R\$ 4.208.671), para aumento da reserva para contingências (R\$ 385.795), para aumento da reserva para expansão (R\$ 385.795), para aumento da reserva de equalização (R\$ 385.795) e para distribuição de sobras (R\$ 6.558.513).



15 Ingressos de prestação de serviços

Descrição	2º semestre	2021	2020
		Exercício	Exercício
Rendas de cartão de crédito	2.273.779	4.083.551	2.644.182
Rendas de convênio	911.001	2.089.538	1.232.440
Rendas de cobrança	702.936	1.366.227	1.015.416
Rendas de tarifas	274.868	621.720	870.448
Outros serviços	503.307	940.825	1.022.972
	4.665.891	9.101.861	6.785.458



16 Outros ingressos operacionais

Descrição	2º semestre	2021	2020
		Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	3.719.653	4.655.824	1.708.593
Rendas de seguros	1.355.613	2.699.825	2.251.597
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	25.771	30.885	45.899
Recuperação de encargos e despesas	18.005	20.401	158.334
Outras rendas operacionais	197	401	1.538
Reversão de provisão para outros créditos (nota 6b)	172	172	123.073
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	-	-	137.411
	5.119.411	7.407.508	4.426.445



17 Dispêndios administrativos

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio despesas Central (nota 23)	(4.773.953)	(9.431.419)	(6.270.413)
Serviços do sistema financeiro	(1.599.187)	(3.263.892)	(2.760.511)
Transporte	(978.248)	(1.909.448)	(1.668.984)
Promoções e relações públicas	(888.896)	(1.381.663)	(607.861)
Aluguéis	(713.910)	(1.380.615)	(1.183.652)
Processamento de dados	(1.112.692)	(1.246.781)	(323.988)
Manutenção, conservação de bens e material	(590.444)	(1.010.309)	(496.756)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(483.769)	(968.775)	(1.263.610)
Serviços técnicos especializados	(335.006)	(667.410)	(790.808)
Água, energia e gás	(334.813)	(614.526)	(531.779)
Rateio despesas Corretora	(288.566)	(502.552)	(402.347)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(227.859)	(334.857)	(304.386)
Comunicações	(134.181)	(253.204)	(179.544)
Viagem no país	(71.425)	(117.460)	(109.693)
Outros	(497.669)	(1.002.213)	(717.823)
	(13.030.618)	(24.085.124)	(17.612.155)



18 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(6.064.343)	(11.008.439)	(8.676.338)
Benefícios a empregados	(2.279.286)	(4.170.243)	(3.393.192)
Encargos sociais	(1.955.773)	(3.641.314)	(3.075.259)
Honorários e cédulas de presença	(579.714)	(1.069.859)	(783.752)
Treinamentos	(3.108)	(3.108)	(13.050)
	(10.882.224)	(19.892.963)	(15.941.591)



19 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 14b)	(2.029.272)	(2.788.904)	(1.436.367)
Descontos concedidos	(1.894.547)	(1.987.422)	(292.991)
Fundo de contingências (nota 23)	(104.411)	(278.429)	(1.037.576)
Outros dispêndios	(42.097)	(68.287)	(75.824)
	(4.070.327)	(5.123.042)	(2.842.758)



20 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



21 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.



22 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2021	2020
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	4.069.187	5.437.529
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	6.182.841	7.472.681
Patrimônio líquido		
Capital social	2.492.552	2.169.546
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	765.303	618.674
Dispêndio com captações	(124.360)	(563.931)
Benefícios:		
Honorários	819.984	651.812
Cédulas de presença	249.875	131.940



23 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

A Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico-financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de cooperados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2021	2020
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 4(i))	131.808.306	167.095.072
Ativo permanente		
Investimentos (nota 8)	12.383.320	11.825.152
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 11)	17.942.666	9.271.929
Passivo exigível a longo prazo:		
Relações interfinanceiras (nota 11)	17.057.647	1.048.068
Principais operações:		
Ingressos com intermediação financeira (nota 4(ii))	5.229.944	3.166.216
Operações de empréstimos, cessões e repasses (nota 11)	(493.322)	(318.710)
Dispêndios administrativos (nota 17)	(9.431.419)	(6.270.413)
Outros dispêndios operacionais (nota 19)	(278.429)	(1.037.576)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.



24 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº.4.192, de 1/3/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2021	2020
	Exercício	Exercício
Patrimônio de referência (PR)	128.820.961	104.567.789
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	402.410.910	309.161.501
Índice de Basileia	32,01%	33,82%



25 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital centralizada e implementada pela CrediSIS Central, que está enquadrada no segmento 4 (S4) e suas filiadas no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017.

A estrutura é aderente às normas vigentes, compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, em conformidade com a regulação de cada segmento determinadas pelas Resoluções 4.557/2017 (S4) e 4.606/2017 (S5) do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos esperados e inesperados, assegurando a solidez e perenidade do sistema.

O Sistema CrediSIS considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. O relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, no caminho “Sobre o CrediSIS/Normativos e legislações/Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital”. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a) Gestão de Continuidade do Negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as ocorrências de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades do Sistema CrediSIS.

b) Gestão do risco de crédito

A estrutura de gestão do risco de crédito está em conformidade com as normas vigentes e objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando os riscos a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Mensalmente a ferramenta de gestão é alimentada com as informações das operações de crédito realizadas pela CrediSIS Central e filiais gerando indicadores que auxiliam nas tomadas de decisões

c) Gestão do risco de mercado

Periodicamente nossas posições são marcadas a mercado e enviadas ao Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira.

d) Gestão do risco de operacional

Para gerenciamento do risco operacional são utilizados os processos de mapeamento, registro de ocorrências, registro de perdas e criação dos planos de ação de acordo com o estabelecido na Política de Gestão Integrada de Riscos e Gerenciamento de Capital. A estrutura está em conformidade com as normas vigentes e objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados às falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

e) Gestão do risco de liquidez

O Sistema CrediSIS tem como base para gerenciamento do risco de liquidez a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a qual define regras e percentuais mínimos, adicionais e redutores de recursos que devem ser mantidos na CrediSIS Central pelas suas filiadas, a fim de garantir a liquidez diária.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez, mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações e sem incorrer em perdas, sempre preservando o casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

f) Gestão do risco socioambiental

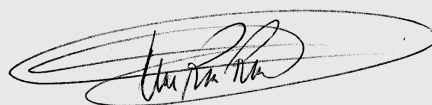
A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

O Sistema CrediSIS ratifica o compromisso da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, incorporando as diretrizes de responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico, fomentando inovações e adequações aos negócios, considerando os princípios de sustentabilidade e promovendo práticas sustentáveis alinhadas às expectativas e necessidades das partes interessadas.

g) Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital está em conformidade com as normas vigentes e visando os objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

Alinhado ao planejamento estratégico, o plano de capital é realizado analisando uma perspectiva de no mínimo 36 meses, considerando metas, projeções, e cenários de estresse, proporcionando condições de se antecipar às situações desfavoráveis e se preparar para o impacto de um novo projeto.



Sergio Luiz Milani

Diretor Presidente
CPF 334.261.989-91



Rubens Ribeiro Rodrigues

Diretor executivo e responsável
pela área contábil
CPF 153.566.122-49

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!
www.credisis.com.br